

Crise no STF deve atravessar eleições e mantém tensão entre poderes

Decisões de Cristiano Zanin e Luiz Fux ampliam desdobramentos do caso Master no Senado

Por **Beatriz Matos**

A crise aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos desdobramentos do caso do Banco Master caminha para atravessar as eleições sem uma definição dentro da própria Corte.

Com o julgamento envolvendo Alexandre de Moraes suspenso por pedido de vista de Flávio Dino e a análise sobre a atuação de André Mendonça também adiada, ministros trabalham com a possibilidade de que o assunto só volte ao plenário em 2027. O prazo regimental de 90 dias para Dino devolver o processo termina em dezembro. Depois, caberá ao presidente da Corte, Edson Fachin, recolocar a discussão em pauta. Antes do mérito, os ministros ainda precisam decidir se os dois processos serão analisados juntos.

IMPACTO CONGELADO?

Para o professor de Ciência Política Lucas Zandoná, esse intervalo reduz a possibilidade de uma nova decisão do Supremo ampliar a crise em plena campanha e empurra as principais respostas institucionais para depois das eleições. É sob essa ótica que ele analisa a decisão tomada por Cristiano Zanin na terça-feira (22), ao negar a liminar apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a instalar uma CPI sobre possíveis relações de ministros do STF com Daniel Vercaro.

“A decisão do ministro Zanin em negar a instalação da CPI do Banco Master é justamente uma decisão para postergar essas investigações, para não macular as eleições ou não influenciá-las”, afirma Zandoná.

Zanin considerou que não havia elementos suficientes para uma intervenção urgente do STF e que não ficou demonstrada, naquele momento, uma omissão inconstitucional do Senado. O ministro também observou a existência de outros requerimentos sobre o Banco Master. A decisão, porém, não encerrou o processo. Alcolumbre foi chamado a prestar informações.

EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Zandoná argumenta que o debate pode mudar de pata-

mar caso fique demonstrado que o requerimento cumpre as exigências constitucionais. Para ele, atingido o número de assinaturas e delimitado o fato a ser investigado, a instalação de uma CPI deixa de depender apenas de uma decisão política da direção do Senado. “Ela é direito daqueles parlamentares que assinaram o requerimento de ter a CPI instalada”, sustenta.

Isaac de Oliveira Magalhães, pesquisador das ciências jurídicas e professor de Direito da Estácio, avalia que a decisão de Zanin preserva, neste momento, a autonomia do Senado ao evitar uma intervenção imediata do Judiciário sobre a instalação da CPI. Segundo ele, a negativa da liminar não encerra a discussão nem impede que a comissão seja criada posteriormente.

O especialista ressalta que a ausência de um prazo definido na Constituição para que o Senado dê andamento ao requerimento mantém aberta a discussão sobre uma eventual omissão. Para ele, a demora pode voltar a ser questionada judicialmente caso se prolongue sem uma resposta do Legislativo. “Apesar de a Constituição não estabelecer um prazo, já fazem meses que está sendo protelada essa questão da CPI”, afirma.

Clever Vasconcelos, professor de Direito Constitucional do Ibmecc-SP, chega a conclusão semelhante por outro caminho. Para ele, a negativa de Zanin não resolve a discussão, mas transfere a definição para um segundo momento. “Creio que apenas posterga a apuração, porque tudo dependerá do ambiente político propício para apuração detida”, afirma.

ENTRADA E SAÍDA

A relação entre Supremo e Senado ganhou novo capítulo nesta quarta-feira (23). Um dia depois da decisão de Zanin, Luiz Fux deu dez dias para que Alcolumbre explique a negativa da Casa em fornecer registros de entrada e saída de oito pessoas nas dependências do Senado desde fevereiro de 2019. A lista inclui Vercaro; Viviane Barci de Moraes, mulher de Alexandre de Moraes; Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

A ação chegou a Fux depois de Moraes se declarar impedido pelo caso envolver sua esposa. O Senado havia negado o acesso às informações sob a justificativa de proteção de dados pessoais.

Nesse ponto, Zandoná considera que o episódio amplia o debate sobre transparência. “Se o prédio é público, esse acesso deveria ser facilitado, porque isso faz parte da transparência no trato da coisa pública”, afirma.

Isaac Magalhães acrescenta que a análise precisa conciliar a proteção de dados com o interesse público. Segundo ele, o peso institucional do caso exige uma avaliação mais cuidadosa sobre quais informações podem permanecer protegidas e quais devem ser divulgadas.

“Levando em consideração que é um caso extremamente importante e de interesse nacional, e também que envolve esposa de ministro, presidente de banco que está sendo investigado e políticos, é importante que se consiga acesso a essas informações. Obviamente, de acordo com a Lei de Acesso à

Informação, alguns tipos de visita podem ter proteção maior; mas, nesse caso, é interessante que o princípio da proporcionalidade seja levado em consideração e que a gente tenha acesso a essas informações, porque elas podem ajudar no entendimento e no julgamento desse processo”, afirma.

Para Zandoná, as duas decisões tomadas em sequência, Zanin na terça e Fux nesta quarta, mostram como uma crise inicialmente interna do STF passou a produzir efeitos também sobre a relação com o Congresso. “Tanto a questão do Zanin quanto a questão do Fux mostram que o Supremo continua tensionando com os demais Poderes”, diz.

Clever Vasconcelos coloca a transparência como condição para que essa tensão não se prolongue. “A situação é bem delicada. Vivemos uma crise no STF até então nunca sentida no sistema jurídico brasileiro. É preciso que a transparência seja a regra sempre”, afirma.

O impasse ganhou força em 15 de setembro, quando Dino pediu vista durante a discus-

são sobre a tramitação conjunta dos casos de Moraes e Mendonça. O placar estava em 4 a 3 pela manutenção dos processos separados, e o mérito sobre Moraes sequer começou a ser analisado. Desde então, Fachin aguarda a devolução do processo para avançar também no caso Mendonça.

ELEIÇÕES

A perspectiva de que a crise atravessasse a eleição sem uma resposta definitiva do Supremo ganha relevância porque seus efeitos já aparecem no debate eleitoral.

Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg divulgada nesta quarta-feira mostrou que 52,3% dos entrevistados consideram Lula o candidato mais prejudicado pela crise no STF, contra 20,8% que apontam Flávio Bolsonaro. Outros 15,5% dizem que os dois são afetados igualmente. O levantamento ouviu 5.015 eleitores entre 17 e 22 de setembro.

Os números ajudam a explicar por que as campanhas passaram a reagir rapidamente a cada novo desdobramento.



Dino pediu vista e paralisou casos de Mendonça e Moraes



Zanin negou liminar para instalar CPI do Master

GUSTAVO MORENO/STF

GUSTAVO MORENO/STF